



Demonstrações Financeiras

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

Dezembro de 2021



Sumário

1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
2. Relatório da administração	10
3. Balanço Patrimonial	11
4. Demonstrações de Resultados	12
5. Demonstrações dos fluxos de caixa	13
6. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido	14
7. Demonstração do Resultado Abrangente	15
8. Demonstração do Valor Adicionado	16
9. Notas Explicativas	17



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas da
COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS
Lajeado / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 331.456 mil em 31 de dezembro de 2021, possui endividamento tributário, conforme detalhado nas notas explicativas 12 e 13. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que dependerá substancialmente, na manutenção dos resultados, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2021 a Companhia possui contrato de prestação de serviço de abates de aves, por prazo determinado, que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão



alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia. Conforme apresentado na Nota explicativa 01, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Valor recuperável (*Impairment*) de propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 8, 9 e 10 face à obrigatoriedade de testar anualmente o “*Impairment*” de ativos de vida útil indefinida e devido a existência de indicadores, a Companhia avalia a existência de redução ao valor recuperável em relação a esses ativos, levando em consideração a sua unidade geradora de caixa (“UGC”) e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-contábeis desenvolvidos internamente. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa e valor de mercado (valor justo) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros a obtenção junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação do fluxo de caixa projetado preparado por Companhia. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como preços de venda, custos operacionais e projeções de fluxos de caixa, bem como a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Baseados nos procedimentos, consideramos recuperáveis os ativos relacionados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre Valor recuperável (*impairment*).

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia possui parcelamentos tributários de diversas modalidades sendo parte integrante dos programas de parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), possui parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Lei 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT). Devido à relevância dos montantes reconhecidos como passivo tributário, oriundos principalmente de impostos parcelados, e ao fato de a Companhia, com o auxílio de seus assessores ter que exercer julgamento para determinar a sua mensuração e



reconhecimento, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos, bem como a obtenção dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo o diagnóstico e revisão dos impostos e contribuições federais mais relevantes, bem como:

- Avaliamos a conciliação entre os extratos de parcelamento dos órgãos governamentais na data-base de 31 de dezembro de 2021 e o passivo tributário registrado pela Companhia.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Identificamos os pagamentos dos passivos tributários registrados durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Para o passivo tributário parcelado e que se encontra em processo de homologação perante os órgãos governamentais, obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre os parcelamentos tributários.

3. Obrigações tributárias não parceladas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a Companhia possui obrigações tributárias não parceladas no montante de R\$ 461.269, em função dos montantes envolvidos e de que nos anos de 2018 e 2019 a Companhia efetuou a recomposição e a atualização destas obrigações na contabilidade como base as informações apresentadas pelos respectivos órgãos fiscais, Receita Federal e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e considerou que, devido as decisões judiciais proferidas até o momento foram desfavoráveis a Companhia em conjunto com a conciliação realizada de obrigações tributárias avaliou saldos glosados referente a este crédito, o qual recompôs o saldo, e ao fato de que as mudanças nos valores registrados podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração, revisão das bases de cálculos para os tributos correntes e divulgação das obrigações tributárias, bem como:

- Avaliamos os argumentos e as opiniões legais, preparadas por consultores independentes contratados pela Companhia, que suportam a avaliação da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, as quais fornecem informações sobre a natureza de cada tributo, esfera de cobrança, exposição e os valores registrados.
- Avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, os valores dos extratos emitidos junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias.

4. Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, a Companhia é parte em uma série de processos judiciais relacionados a discussões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal do negócio os quais envolvem montantes elevados. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, combinado com a definição do momento adequado da competência para fins de reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia; inspeção de atas de Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis e leitura do Fato Relevante divulgado a respeito das ações cíveis em andamento da Companhia pela controladora.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimento de auditoria executado em conjunto com a auditoria das Demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as Demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nos examinadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 30 de março de 2021, com opinião sem modificação, contendo parágrafo de incerteza sobre a continuidade operacional, parágrafo de ênfase sobre a realização do Crédito Prêmio de IPI registrado, o qual não requer mais menção em 2020 devido a remota chance de êxito na ação, e como principais assuntos de auditoria “PAA” os assuntos relacionados são (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida; (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento, (3) Obrigações tributárias não parceladas, (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 16 de março de 2022.

Sergio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

Em conformidade com o disposto no estatuto social e legislação vigente submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente e as disposições da comissão de valores mobiliários.

Lajeado, 16 de março de 2022.

A Administração.



Balço Patrimonial

Para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	NE	31/12/21	31/12/20		NE	31/12/21	31/12/20
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	859	137	Fornecedores		13.122	10.970
Contas a receber	5	102.721	93.064	Salários e encargos sociais a pagar	11	13.664	13.919
Estoques	6	12.306	9.868	Empréstimos e financiamentos		107	93
Adiantamentos a fornecedores		183	446	Adiantamento de clientes	5	11.566	15.735
Impostos a recuperar	7	10.221	644	Obrigações tributárias	12	461.269	456.433
Outros ativos		1.303	1.200	Parcelamentos	13	7.357	7.214
Total do Ativo Circulante		127.593	105.359	Impostos diferidos	14	2.552	735
				Outros passivos		2.348	6.082
Ativo Não Circulante				Total do Passivo Circulante		511.985	511.181
Depósitos judiciais	17	6.321	7.257				
Partes relacionadas	16	7.535	6.500	Passivo Não Circulante			
Outros ativos		3.360	3.338	Partes relacionadas	15	16.758	21.401
Impostos a recuperar	7	331	61	Empréstimos e financiamentos		250	312
Propriedade para investimento	8	25.878	26.022	Parcelamentos	13	29.218	35.982
Imobilizado	9	89.787	92.469	Impostos diferidos	14	17.386	17.956
Intangível	10	349	314	Provisão para contingências	16	17.013	18.574
Total do Ativo Não Circulante		133.561	135.961	Outros passivos		-	2.309
				Total do Passivo Não Circulante		80.625	96.534
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	17	139.227	139.227
				Ajuste de avaliação patrimonial	17	37.622	38.179
				Prejuízo acumulado		(510.578)	(546.058)
				Outros resultados abrangentes		(1.524)	740
				Reserva de incentivos fiscais	17	3.797	1.517
				Total do Patrimônio Líquido		(331.456)	(366.395)
Total do Ativo		261.154	241.320	Total do Passivo		261.154	241.320



	NE	31/12/21	31/12/20
Receita operacional líquida	20	319.644	259.813
Custos operacionais	21	(239.583)	(186.356)
Lucro bruto		80.061	73.457
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(11.530)	(9.583)
Com vendas	23	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	24	(8.040)	(18.027)
Outras receitas operacionais	25	13.519	4.245
Total despesas operacionais		(26.459)	(35.061)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		53.602	38.396
Despesas financeiras	26	(25.476)	(23.960)
Receitas financeiras	27	17.946	12.794
Total do resultado financeiro		(7.530)	(11.166)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		46.072	27.230
Imposto de renda e contribuição social diferido		(1.247)	(3.189)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(7.622)	(3.761)
Lucro líquido do exercício		37.203	20.280
Lucro diluído por ação - R\$		0,15422	0,08407



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	37.203	20.280
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	6.408	6.410
Provisão (reversão) para riscos de créditos	2.571	(428)
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	80	19
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.247	2.545
Baixa de bens do imobilizado e intangível	611	642
Provisão para contingências	12.160	2.884
Atualização de passivos tributários	12.350	6.355
Ajuste trava cambial	(2.264)	740
	70.366	39.447
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(12.228)	(38.407)
Estoques	(2.438)	(2.761)
Impostos a recuperar	(9.847)	(346)
Adiantamento a fornecedores	263	(251)
Outros ativos	(125)	(266)
Depósitos judiciais	936	(931)
Fornecedores	2.152	3.574
Obrigações tributárias	(14.135)	(3.722)
Salários e encargos sociais a pagar	(255)	1.006
Adiantamento de clientes	(4.169)	14.515
Provisão para contingências	(13.721)	(1.023)
Outras obrigações	(6.043)	263
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.756	11.098
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados	(4.131)	(7.589)
Aquisições de intangíveis	(97)	(52)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(4.228)	(7.641)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(128)	(91)
Variação líquida com partes relacionadas	(5.678)	(3.512)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.806)	(3.603)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	722	(146)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	137	283
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	859	137
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	722	(146)



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	139.227	39.427	-	-	(566.069)	(387.415)
Ajuste de trava cambial	-	740	-	-	-	740
Realização de avaliação patrimonial	-	(1.988)	-	-	1.988	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.280	20.280
Reserva de subvenções governamentais	-	-	-	1.517	(1.517)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	139.227	38.179	-	1.517	(545.318)	(366.395)
Ajuste de trava cambial	-	-	(1.524)	-	(740)	(2.264)
Realização de avaliação patrimonial	-	(557)	-	-	557	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.203	37.203
Reserva de subvenções governamentais	-	-	-	2.280	(2.280)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	139.227	37.622	(1.524)	3.797	(510.578)	(331.456)



Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Lucro líquido do exercício	37.203	20.280
Outros resultados abrangentes	(1.524)	740
Resultado abrangente total	35.679	21.020



Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Receitas	348.945	280.872
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	343.218	277.939
Outras receitas	8.298	2.505
(Provisão) Reversão para riscos de créditos	(2.571)	428
Insumos adquiridos de terceiros	(152.375)	(117.429)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(131.710)	(100.294)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.665)	(17.135)
Valor adicionado bruto	196.570	163.443
Depreciação, amortização e exaustão	(6.408)	(6.410)
Valor adicionado líquido produzido	190.162	157.033
Valor adicionado recebido por transferência	14.338	1.801
Receitas Financeiras	4.898	1.221
Outras	9.440	580
Valor adicionado a distribuir	204.500	158.834
Distribuição do valor adicionado	204.500	158.834
Remuneração do Trabalho	117.521	101.216
Remuneração direta	96.176	81.592
Benefícios	14.910	13.347
FGTS	6.435	6.277
Remuneração do Governo	33.128	24.951
Federais	17.227	12.614
Estaduais	15.901	12.337
Remuneração Capitais de Terceiros	16.648	12.387
Juros	16.648	12.387
Outros	-	-
Remuneração de capitais próprias	37.203	20.280
Lucro líquido do exercício	37.169	20.262
Participações de minoritários	34	18



COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Companhia Minuano de Alimentos, doravante tratada como “Minuano”, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Minuano foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minuano entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, obrigações tributárias e parcelamentos (notas explicativas 11, 12 e 13).

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	<u>Período de Adesão</u>	<u>Dívida Parcelada</u>	<u>Saldo em 31/12/21</u>
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	83.843	16.446
Parcelamento - PERT	2017	47.276	9.706
	Total	131.119	26.152

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional



certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 - Covid-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS - Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, incorreu em gastos adicionais, apurados a partir de abril de 2020, os quais já totalizam R\$ 5.145 mil, e estão relacionados a produtos de limpeza e higienização, acréscimo nos serviços de transportes a funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19, doações a hospitais e vacinas de gripe.

Apresentamos no quadro a seguir os valores apurados de forma detalhada, os quais estão registrados no resultado em suas contas de origem:

Natureza do Gasto	2020	2021	Total	%
Transporte de funcionários	608	784	1.392	27%
Testes covid	801	252	1.053	20%
EPI's	916	376	1.292	25%
Adequações estruturais	506	217	723	14%
Auxílio creche	244	-	244	5%
Doações	219	-	219	4%
Materiais para alimentação	166	20	186	4%
Outros	36	-	36	1%
Total	3.496	1.649	5.145	100%

Em relação a proteção e cuidados com a saúde de seus colaboradores, a Companhia procedeu de forma muito rigorosa desde o início da pandemia, realizando o afastamento de colaboradores classificados no grupo de risco, e chegou a ter, no período mais crítico da pandemia, aproximadamente 500 pessoas.

1.5 Análise dos efeitos da Covid-19 nas demonstrações contábeis

De acordo com as orientações contidas nos ofícios circulares da CVM/SNC 02/2020, 03/2020, 01/2021 e 01/2022, a Companhia informa que procedeu com a análise dos principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente suas demonstrações contábeis, de modo que as principais análises são reportadas a seguir:

(i) Continuidade operacional: Não foram identificados elementos que configurem risco de descontinuidade operacional.

(ii) Contas a receber: Os saldos das contas a receber foram analisados, e nenhum fator vinculado aos efeitos da Covid-19 indica ajuste de perdas esperadas destas rubricas.

(iii) Estoques: São avaliados pelo custo de aquisição líquido de impostos ou pelo efetivo valor de realização, desta análise não há nenhum elemento relacionado ao Covid-19 que indique qualquer ajuste nesta rubrica.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "impairment": A Companhia não identificou indicativos de impairment no período findo em 31 de dezembro de 2021.



2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.4 Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.



Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Propriedades para investimentos (nota 8)
- Imobilizado (nota 9)
- Intangível (nota 10)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais,



também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.



Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através da análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia, revisa o valor contábil de seus ativos, tais como, propriedade para investimentos, ativos tangíveis e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procede à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a deliberação CVM n° 599/09, a Companhia



não efetuou o registro dos tributos diferidos, visto que a administração julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na parte “B” dos livros fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Caixa	4	2
Bancos - conta corrente	855	135
Total	<u>859</u>	<u>137</u>



5 - Contas a receber

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Mercado interno	46.155	47.511
Mercado externo	61.357	45.639
Trava Cambial	(1.524)	740
(-) Provisão para perda esperadas	(3.267)	(826)
Total	<u>102.721</u>	<u>93.064</u>

<i>Vencidos</i>	<u>31/12/21</u>		<u>31/12/20</u>	
Até 30 dias	10.024	10%	7.477	8%
De 31 a 60 dias	233	0%	4	0%
De 61 a 90 dias	10	0%	987	1%
De 91 a 120 dias	19	0%	1.552	2%
De 121 a 150 dias	11	0%	1	0%
De 151 a 180 dias	4	0%	1	0%
Acima de 180 dias	3.267	3%	826	1%
Sub-total	<u>13.568</u>	13%	<u>10.848</u>	12%
 <i>À vencer</i>				
Até 30 dias (a)	83.568	81%	70.503	76%
De 31 a 60 dias	8.852	9%	12.539	13%
Sub-total	<u>92.420</u>	90%	<u>83.042</u>	89%
 Provisão para perdas esperadas	(3.267)	-3%	(826)	-1%
Total	<u>102.721</u>	100%	<u>93.064</u>	100%

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos a vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia em 31 de dezembro de 2021 representa o montante de R\$ 56.379 (R\$ 43.811 em 31 de dezembro de 2020).

6 - Estoques

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Produtos prontos	2.021	1.589
Produtos em elaboração	163	39
Matérias primas	2.173	2.407
Materiais de embalagem	2.749	1.650
Materiais de manutenção	4.907	4.183
Estoque em poder de terceiros	293	-
Total	<u>12.306</u>	<u>9.868</u>



A Companhia continuamente realiza análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 - Impostos a recuperar

	31/12/21	31/12/20
IRRF a recuperar	2	3
PIS e COFINS a recuperar	390	174
ICMS a recuperar	-	1
ICMS a recuperar - Imobilizado	267	466
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	9.562	-
Circulante	10.221	644
ICMS a Recuperar - Imobilizado	331	61
Não Circulante	331	61

(a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação de PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS.

Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizaram o montante de R\$ 9.562, sendo R\$ 5.343 referente a parte principal do crédito, e destacado neste relatório através da nota explicativa nº 25 - Outras Receitas Operacionais, e R\$ 4.219 referente a parcela de juros sobre atualização dos créditos fiscais, destacado neste relatório através da nota explicativa nº 27 - Receitas Financeiras.

8 - Propriedades para investimentos

A Companhia possui os seguintes saldos de propriedades para investimentos:



Grupo	31/12/21			31/12/20		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.390	(6.319)	5.071	11.587	(6.372)	5.215
Outros	315	(209)	106	318	(212)	106
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.799	(12.921)	25.878	38.999	(12.977)	26.022

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2021 são contabilizados a valor de custo. A Companhia procedeu a análise de avaliação para perda sobre este ativo sem operação, e nesta análise não identificou necessidade de reconhecimento de complemento de provisão para perda de recuperabilidade destes ativos.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em
	31/12/20	Adições	Baixas			
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.215	12	(144)	(12)	-	5.071
Outros	106	-	-	-	-	106
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	26.022	12	(144)	(12)	-	25.878

No quando a seguir são demonstradas as propriedades para investimento, com as respectivas avaliações a valor justo, a qual é realizada anualmente. Deste modo, os valores apresentados no quadro a seguir são relativos à 31 de dezembro de 2021:

		Valor contábil	Valor justo	Unidade
		31/12/2021	31/12/2021	Alugada
Abatedouro Frigorífico de Suínos	Armazem - SC	3.850	4.958	Não
Fábrica de Embutidos	Jaraguá do Sul - SC	1.345	12.650	Sim
Abatedouro Frigorífico de Aves	Passo Fundo - RS	8.877	12.260	Sim
Comercialização de Ovos	Lajeado - RS	4.166	5.750	Sim
Granjas	Cruzeiro - RS	2.462	6.560	Não
Total em Prédios e Terrenos		20.700	42.178	
Máquinas e Equipamentos	N/A	5.071	-	
Instalações e Outros	N/A	107	-	
Total		25.878	42.178	

A metodologia utilizada pela Companhia para avaliação das propriedades para investimento é baseada na apuração do valor justo, no qual os valores de terrenos e prédios são mensurados por profissional técnico, devidamente cadastrado no CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, acrescenta-se ainda nesta análise a avaliação de maquinários disponíveis nas respectivas propriedades, estes são avaliados pelo valor de custo histórico deduzidos da depreciação acumulada.

O montante de aluguel gerado pelas propriedades para investimento foi de R\$ 398 para o exercício de 2021 (R\$ 175 referente ao exercício de 2020), conforme apresentado em nota explicativa nº 25 - Outras Receitas Operacionais.



9 - Imobilizado

A Companhia possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/21			31/12/20		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	74.324	(26.232)	48.092	72.294	(24.483)	47.811
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	66.388	(44.035)	22.353	65.727	(39.883)	25.844
Moveis e utensílios	8,33%	5.150	(3.728)	1.422	4.859	(3.529)	1.330
Computadores e periféricos	33,33%	2.681	(1.338)	1.343	1.497	(1.101)	396
Veículos	20,00%	891	(692)	199	664	(654)	10
Imobilizações em andamento	-	785	-	785	1.485	-	1.485
Outros	-	13	(13)	-	13	(13)	-
Total		165.825	(76.038)	89.787	162.132	(69.663)	92.469

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em	
	31/12/20	Adições	Baixas			31/12/21	
Terrenos	15.593	-	-	-	-	-	15.593
Prédios	47.811	2.231	(13)	(1.937)	-	-	48.092
Maquinas e equipamentos	25.844	504	(133)	(3.862)	-	-	22.353
Moveis e utensílios	1.330	314	(6)	(216)	-	-	1.422
Computadores e periféricos	396	1.232	(4)	(281)	-	-	1.343
Veículos	10	228	-	(39)	-	-	199
Imobilizações em andamento	1.485	(390)	(310)	-	-	-	785
Total	92.469	4.119	(466)	(6.335)	-	-	89.787

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

10 - Intangível

A Companhia possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/21			31/12/20		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	679	(478)	201	584	(418)	166
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		827	(478)	349	732	(418)	314

A movimentação do intangível apresenta-se da seguinte forma:



Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/20	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	
Softwares	166	97	(1)	(61)	-	201
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	314	97	(1)	(61)	-	349

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 - Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/21	31/12/20
Provisões de férias e 13º salário	7.718	7.373
Salários / Pró-labore a pagar	3.116	3.320
Rescisões a pagar	44	13
Outras obrigações a pagar	2.786	3.213
Total	13.664	13.919

12 - Obrigações tributárias

	31/12/21	31/12/20
INSS a recolher	258.159	250.883
FGTS a recolher	3.693	3.574
IRRF a recolher	440	224
IRPJ a recolher	98.206	102.049
CSLL a recolher	37.074	36.850
COFINS a recolher	47.152	46.357
PIS a recolher	10.059	9.887
Impostos Retidos	27	21
ICMS a recolher	1.791	2.000
Outros	4.668	4.588
Total	461.269	456.433



A Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelo respectivo agente de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

	31/12/21			31/12/20		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.342	256.817	258.159	1.318	249.565	250.883
FGTS a recolher	735	2.958	3.693	675	2.899	3.574
IRRF a recolher	440	-	440	224	-	224
IRPJ a recolher	1.678	96.528	98.206	3.997	98.052	102.049
CSLL a recolher	621	36.453	37.074	-	36.850	36.850
COFINS a recolher	-	47.152	47.152	-	46.357	46.357
PIS a recolher	-	10.059	10.059	-	9.887	9.887
Impostos Retidos	27	-	27	21	-	21
ICMS a recolher	457	1.334	1.791	376	1.624	2.000
Outros	52	4.616	4.668	52	4.536	4.588
Total	5.352	455.917	461.269	6.663	449.770	456.433

13 - Parcelamentos

	31/12/21	31/12/20
PERT (a)	1.274	1.179
Lei 12.996/14 (b)	2.077	2.021
FGTS	711	690
ICMS	267	224
IOF	-	-
Ordinário	3.028	3.100
Circulante	7.357	7.214
PERT (a)	8.432	9.357
Lei 12.996/14 (b)	14.369	15.997
FGTS	5.141	5.677
ICMS	180	380
Ordinário	1.096	4.571
Não Circulante	29.218	35.982

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).



Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Débitos Previdenciários	8.934
Demais Débitos	47.614
Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2020	(14.726)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2020	1.777
Saldo remanescente em 31/12/2020	10.536
(+) Atualização Selic de Jan-21 até Dez-21	360
(-) Pagamentos efetuados de Jan-21 até Dez-21	(1.190)
Saldo remanescente em 31/12/2021	9.706
Circulante	1.274
Não circulante	8.432

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes do previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:



Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro a seguir o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/21	(11.454)
Saldo remanescente em 31/12/2021	16.446
Circulante	2.077
Não circulante	14.369

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para



consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

14 - Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo Atribuído	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Cíveis	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Total	66.966	16.743	6.027	22.770
Diferimento até 31/12/2021		(5.557)	(2.000)	(7.557)
(A) = Saldo em 31/12/2021		11.186	4.027	15.213

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2021 sobre as diferenças temporárias:



Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Créditos fiscais não compensados	5.343	1.336	481	1.817
	Diferimento até 31/12/2021	(414)	(149)	(563)
	(B) = Saldo em 31/12/2021	3.474	1.251	4.725
	(A + B) = Saldo em 31/12/2021	14.660	5.278	19.938
	Circulante	1.876	676	2.552
	Não circulante	12.784	4.602	17.386

Impostos Diferidos	31/12/21		31/12/20	
	IRPJ diferido s/custo atribuído	1.876	547	
CSLL diferido s/custo atribuído	676	188		
Circulante	2.552	735		
IRPJ diferido s/custo atribuído	12.784	13.203		
CSLL diferido s/custo atribuído	4.602	4.753		
Não circulante	17.386	17.956		

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, todavia, o montante estimado de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.030 mil.

15 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

Os acionistas fixaram em até R\$ 2.000 mil a remuneração global anual dos administradores conforme assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021. Durante o exercício de 2021 a diretoria executiva recebeu o montante de R\$ 1.352 referente a remuneração.

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	31/12/21	31/12/20
Valepar S/A	84	72
Sulaves S/A	74	63
Minupar Participações S/A	7.323	6.365
Associação Atlética Minuano	54	-
Total	7.535	6.500
Passivo não circulante	31/12/21	31/12/20
Serra do Roncador Part. Ltda	11.498	16.141
Minupar Participações S/A	5.260	5.260
Total	16.758	21.401

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre



partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

16 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/12/21			31/12/20		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	11.673	(5.311)	6.362	10.797	(5.629)	5.168
Cível	4.924	(1.010)	3.914	7.384	(1.628)	5.756
Tributária	416		416	393	-	393
Total	17.013	(6.321)	10.692	18.574	(7.257)	11.317

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2021, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 98.258 (R\$ 80.945 em 31 de dezembro de 2020), destes, R\$ 90.186 (R\$ 71.045 em 31 de dezembro de 2020) são relativos a natureza cível e R\$ 8.072 (R\$ 9.900 em 31 de dezembro de 2020) são relativos a natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 90.186, refere-se a ação no montante de R\$ 71.838, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamento dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos. O atual saldo a utilizar deste crédito foi baixado em sua totalidade, conforme divulgado na nota explicativa nº 7, item (a), e a totalidade da dívida tributária glosada foi recomposta pela Administração e reconciliada junto à Receita Federal e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 12 e 13.



17 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 139.227 mil representado por 241.233.373 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e três) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente da avaliação, com base no custo atribuído, de suas propriedades para investimento e de seu imobilizado.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 3.797, conforme demonstrado em rubrica destacada no patrimônio líquido, denominada "reserva de incentivos fiscais".

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício, inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

Exercício	Coefficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

e) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no artigo 202 da lei nº 6.404/76.

18 - Cobertura de seguros

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A Companhia considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:



Local de Risco	Ativos Próprios	Ativos de Terceiros	Total
Sede Administrativa	4.650	-	4.650
Abatedouros	57.380	2.200	59.580
Fábrica de Embutidos	15.900	-	15.900
Fábrica de Rações	20.300	-	20.300
Incubatório	15.050	5.970	21.020
Central de Ovos	1.900	-	1.900
Granja Recria - Frangos	6.970	-	6.970
Granja Matrizes	12.747	2.771	15.518
Total	134.897	10.941	145.838

19 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia, para minimizar estes riscos, acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia não opera com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2021, que indica o montante de R\$ 61.357. Considerando o impacto de variação do dólar, conforme projeção estimada da taxa para 5,30, o montante de recebíveis vinculados à dólar seria de R\$ 60.348.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	7.397	5,3739	39.753	1.524	41.277
Recebíveis sem trava	3.598	5,5799	20.080	-	20.080
Total	10.995		59.833	1.524	61.357



d) **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

	<u>31/12/21</u>	<u>Selic estimada</u> <u>12,25%</u>
INSS a recolher	258.159	289.783
FGTS a recolher	3.693	4.145
IRRF a recolher	440	494
IRPJ a recolher	98.206	110.236
CSLL a recolher	37.074	41.616
COFINS a recolher	47.152	52.928
PIS a recolher	10.059	11.291
Impostos Retidos	27	30
ICMS a recolher	1.791	2.010
Outros	4.668	5.240
Total	461.269	517.773

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2022, que foi de 12,25%.

20 - Receitas

As receitas da Companhia são oriundas de vendas efetuadas para o mercado interno e externo, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/21			31/12/20		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	250.614	93.194	343.808	204.660	73.697	278.357
(-) Impostos	(23.575)	-	(23.575)	(18.126)	-	(18.126)
(-) Devoluções	(267)	(322)	(589)	(244)	(174)	(418)
Receita líquida de produtos e serviços	226.772	92.872	319.644	186.290	73.523	259.813

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.



21 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Salários	67.044	53.113
Matérias primas	48.228	34.859
Encargos sociais	17.162	14.139
Energia elétrica	16.259	13.223
Manutenção Industrial	12.882	10.693
Benefícios a empregados	14.204	11.822
Depreciações	6.027	5.535
Férias e 13º salário	13.259	10.496
Serviço de terceiros	9.317	7.391
Materiais de embalagem	22.247	15.995
Combustíveis e lubrificantes	2.450	1.752
Locações/Aluguéis	2.331	2.140
Indenizações trabalhistas	50	46
Equipamento de proteção	3.650	1.918
Taxas e encargos legais	280	228
Análises laboratoriais	1.387	1.121
Frete rodoviários e marítimos	983	735
Outros gastos	1.824	1.150
Total	<u>239.583</u>	<u>186.356</u>

Importante ressaltar que os custos apurados em 2020 estão apresentados segregados do efeito de ociosidade de produção ocorrido naquele período, conforme apresentado na nota explicativa nº 24, item c).

Em relação ao aumento dos custos, de aproximadamente 28,56%, a causa está relacionada ao aumento de comercialização de produtos industrializados, o que em termos comparativos entre o período de 2020 para 2021 representa mais de 4,5 mil toneladas vendidas, e outro fator que influenciou nesse aumento refere-se à correção de preço dos principais componentes de produção, os quais aumentaram, em média 26%.

22 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.



	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Salários	4.514	3.521
Serviço de terceiros	2.393	2.526
Benefícios a empregados	1.209	903
Encargos sociais	1.060	742
Depreciações	374	302
Férias e 13º salário	911	642
Indenizações trabalhistas	7	8
Manutenção Predial	178	122
Telefonia	58	67
Taxas e encargos legais	76	160
Viagens e estadias	30	22
Energia elétrica	107	84
Outras despesas	613	484
Total	<u>11.530</u>	<u>9.583</u>

23 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Fretes rodoviários e marítimos	12.477	8.137
Custos aduaneiros	2.427	1.528
Salários	609	549
Serviço de terceiros	257	370
Publicidade e propaganda	431	381
Comissões sobre vendas	879	592
Provisões (reversões) para perda	2.571	(428)
Encargos sociais	125	130
Telefonia	89	70
Análises laboratoriais	11	24
Férias e 13º salário	129	114
Benefícios a empregados	70	57
Combustíveis e lubrificantes	15	16
Viagens e estadias	7	15
Depreciações	7	7
Outros gastos	304	134
Total	<u>20.408</u>	<u>11.696</u>

24 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.



	31/12/21	31/12/20
Recomposição de débitos fiscais	-	340
Provisão para Perda de estoques (a)	-	1.046
Perdas de Imobilizados	-	440
Despesas legais e regulatórias	602	601
Custo na alienação de ativos	38	49
Despesas e provisões de processos judiciais (b)	6.906	5.213
Reversão de créditos tributários	197	336
Despesas ociosidade de produção (c)	-	9.440
Despesas fábricas inativas	185	487
Despesas Gerais	112	75
Total	8.040	18.027

- a) Parte do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020, registrado na conta de provisão para perdas com estoques referem-se aos prejuízos causados na enchente ocorrida entre os dias 08 e 09 de julho de 2020, no exercício corrente de 2021 não ocorreram perdas com estoques.
- b) Os valores apresentados na rubrica de “despesas e provisões de processos judiciais” referem-se tanto a atualização de contingências passivas, bem como despesas relacionadas acordos judiciais promovidos pela Companhia, tanto de natureza cível quanto de natureza trabalhista.
- c) As despesas de ociosidade de produção referem-se ao custo incorrido durante o período de pandemia, o qual impactou apenas no exercício de 2020, época na qual impossibilitou a plena ocupação das instalações para realização do serviço de abate, deste modo, os custos proporcionais ao serviço não realizado durante o período de pandemia foram reclassificados para rubrica de “Outras despesas operacionais”, e compreendem os seguintes gastos:

Natureza dos gastos	Valor
Salários	3.919
Encargos sociais	1.145
Benefícios a empregados	961
Energia elétrica	759
Férias e 13º salário	790
Manutenção industrial	651
Serviço de terceiros	531
Depreciações	247
Equipamento de proteção	130
Locações/Aluguéis	112
Análises laboratoriais	91
Combustíveis e lubrificantes	67
Matérias primas	37
Total	9.440

25 - Outras receitas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras receitas operacionais.



	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Créditos Fiscais (a)	4.579	1.666
Venda de sucata e lenha	163	82
Receita de aluguel	398	175
Verbas Indenizatórias	125	140
Subvenções Governamentais	2.280	1.427
Crédito ICMS na base PIS e COFINS	5.343	-
Recuperação de despesas	631	755
Total	<u>13.519</u>	<u>4.245</u>

(a) Parte do montante apresentando na rubrica “Créditos Fiscais”, referente ao exercício de 2021, refere-se a reconhecimento do pedido de ressarcimento do crédito presumido de IPI, homologado pela Receita Federal do Brasil, e utilizado para quitação de débitos tributários federais, no valor de R\$ 2.957, bem como créditos de reintegra apurados no valor de R\$ 1.108.

26 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	7.435	6.272
Juros de operações com partes relacionadas (b)	3.997	5.166
Pis/Cofins s/receita financeira	12	87
Despesas/Tarifas Bancárias	208	119
Descontos financeiros concedidos	511	420
Juros sobre empréstimos e financiamentos	80	121
Variações cambiais passivas	8.828	11.573
Encargos legais (c)	4.405	202
Total	<u>25.476</u>	<u>23.960</u>

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 15.

(c) Refere-se a atualização de encargos legais sobre dívidas tributárias.

27 - Receitas financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:



	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Variações cambiais ativas	13.518	12.716
Descontos financeiros obtidos	112	30
Outras receitas financeiras	97	48
Juros de créditos Fiscais (a)	4.219	-
Total	<u>17.946</u>	<u>12.794</u>

(a) Refere-se ao reconhecimento dos juros de atualização de créditos fiscais vinculados ao processo do crédito de ICMS sobre PIS e COFINS, conforme indicado na nota explicativa nº 7.

28 - Informações por segmento

A Companhia atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia:



	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receita bruta	178.021	135.197	165.787	143.160	-	-	343.808	278.357
Impostos e devoluções	(22.106)	(16.609)	(2.058)	(1.935)	-	-	(24.164)	(18.544)
Receita líquida	155.915	118.588	163.729	141.225	-	-	319.644	259.813
Custos	(101.542)	(77.476)	(138.041)	(108.880)	-	-	(239.583)	(186.356)
Lucro bruto	54.373	41.112	25.688	32.345	-	-	80.061	73.457
Despesas administrativas	-	-	-	-	(11.530)	(9.583)	(11.530)	(9.583)
Despesas com vendas	(20.408)	(11.696)	-	-	-	-	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(8.040)	(16.981)	(8.040)	(16.981)
Perdas de estoques	-	(822)	-	(224)	-	-	-	(1.046)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	13.519	4.245	13.519	4.245
Resultado antes dos efeitos financeiros	33.965	28.594	25.688	32.121	(6.051)	(22.319)	53.602	38.396
Despesas financeiras	-	-	-	-	(25.476)	(23.960)	(25.476)	(23.960)
Receitas financeiras	-	-	-	-	17.946	12.794	17.946	12.794
Resultado antes dos tributos	33.965	28.594	25.688	32.121	(13.581)	(33.485)	46.072	27.230
CSLL e IRPJ diferido	-	-	-	-	(1.247)	(3.189)	(1.247)	(3.189)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(7.622)	(3.761)	(7.622)	(3.761)
Resultado líquido do exercício	33.965	28.594	25.688	32.121	(22.450)	(40.435)	37.203	20.280



29 - Resultado por ação

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/21	31/12/20
Quantidade de ações	241.233	241.233
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	37.203	20.280
Resultado diluído por ação	0,15422	0,08407

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

30 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021, elegeram a nova Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sra. Marcia Macedo Meireles como Diretora e Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor.

A Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de julho de 2021, elegeu a nova Diretoria estatutária, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Chao En Hung como diretora presidente, Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Vice-presidente e Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor.

Em 30 de novembro de 2021 foi recebido o pedido de renúncia da Sra. Chao En Hung das funções estatutárias, sendo eleito o Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge para o cargo de Diretor.